



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0195895-8

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: Pablo de Barros Correia

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. PATRÍCIA CARNEIRO
TAVARES

RELATOR: DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DECISÃO ABSOLUTÓRIA. APELAÇÃO CRIMINAL DA ACUSAÇÃO. PEDIDO DE CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Não há nos autos uma única prova que ampare a absolvição do apelado ou que indique ter havido um flagrante forjado. Todas as provas confirmam a versão Ministerial, havendo nos autos suporte probatório para lastrear a reforma da decisão guerreada e, em consequência, **CONDENAR** o apelado pela prática do crime de tráfico de entorpecentes;
2. A pena foi aplicada em 07 (sete) anos de reclusão e 650 (seiscentos e cinquenta) dias-multa, a ser cumprida no regime inicial fechado, vez que das circunstâncias do art. 59 do CPB, verificou-se que das oito analisadas, duas delas pesaram em desfavor do apelado. Portanto, as circunstâncias judiciais reclamam a aplicação da pena acima do mínimo permitido, isso em homenagem ao princípio da proporcionalidade. Também se levou em consideração a natureza e a quantidade das drogas apreendidas, em especial o crack, que é considerada como de alto poder destrutivo. Foi reconhecida a atenuante da menoridade;
3. Recurso conhecido e provido.



. 171

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0195895-8, oriunda da 2ª Vara Criminal dos feitos relativos a Entorpecentes da Comarca de Recife-PE, em que são partes as acima mencionadas. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, tudo de acordo com o voto em anexo, que passa a integrar o presente acórdão.

Recife, 10 de maio de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



172



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0195895-8

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: Pablo de Barros Correia

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. PATRÍCIA CARNEIRO
TAVARES

RELATOR: DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de apelação do Ministério Público do Estado de Pernambuco atacando a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal dos feitos relativos a Entorpecentes da Comarca de Recife-PE, que julgou improcedente a denúncia e absolveu o apelado (119/121).

O apelante interpôs seu recurso pedindo a condenação do apelado nas penas do art. 33 caput, da Lei n.º 11.343/06 (tráfico de entorpecentes) (fls.234/238).

A defesa pugnou pela manutenção da sentença absolutória, conforme se vê das contrarrazões de fls. 131/133.

A douta Procuradora de Justiça, em parecer exarado às fls. 143/146, opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 02 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



173



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0195895-8

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: Pablo de Barros Correia

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

RELATOR: DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores

Conforme anunciado no relatório, o Ministério Público Estadual apelou da sentença absolutória prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal dos feitos relativos a Entorpecentes da Comarca de Recife-PE.

Antes de adentrar na análise do presente apelo, para esclarecer os fatos imputados ao apelado, trago à colação o seguinte trecho da sentença (f. 119):

“(…) O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com base no I.P. 015/08 – 1ª Delegacia de Plantão do Bairro de Santo Amaro – promoveu a presente ação penal contra PABLO DE BARROS CORREIA, qualificado na folha 02, atribuindo-lhe a prática do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06. Consta da denúncia que no dia 06 de março de 2008, por volta das 19h00, no bairro do Hipódromo, o denunciado foi preso em flagrante por estar de posse de 11,179 g de maconha, 0,847 g de crack e a importância de R\$ 40,00 (…)”.

Diante desses fatos o apelado foi denunciado nas



174



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

penas do art. 33 caput, da Lei n.º 11.343/06 (tráfico de entorpecentes).

Partindo para o deslinde da presente apelação, iniciarei pela **materialidade**.

O Juízo Sentenciante concluiu que a materialidade seria certa, descrevendo, inclusive, que teriam sido apreendidos dois tipos de entorpecentes, maconha e crack.

Realmente, não há dúvida com relação à materialidade, que restou plenamente comprovada pelas perícias de folhas 103/107 e 110/114.

Quanto à **autoria delitiva**, o Juízo processante entendeu que a prova era frágil e concluiu pela absolvição do apelado, com base no artigo 386, inciso VII, do CPP (insuficiência de provas).

Vejamos o seguinte trecho da sentença absolutória (f. 120):

“(...) Historiam os autos que no dia 06 de março de 2008, por volta das 19h00, no bairro do Hipódromo, policiais militares realizavam rondas no local quando decidiram abordar o denunciado, em poder de quem foram encontrados 11,179 g de maconha, 0,847g de crack. Os policiais, em realidade, não viram o acusado comercializando, inclusive, a declaração da testemunha de acusação SÉRGIO LIBERATO, confirma a inocência do Réu (...) Ademais, as testemunhas da Defesa também confirmaram a versão do acusado. Em que pese o fato da certeza da materialidade, não há como se atribuir a autoria do crime mencionado na inicial aos acusados, ante a fragilidade da prova. A prova testemunhal não garantiu a autoria do crime, **prevalecendo o entendimento de absolvição postulado pelas**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

partes (...)”. Grifo nosso.

É primordial asseverar que **não são dois ou mais acusados conforme acima citado (trecho retirado da sentença)**. Só existe um único acusado, o ora apelado Pablo de Barros Correia. Também há outro equívoco na sentença: o pleito de absolvição somente foi postulado pela defesa. **A acusação, em suas alegações finais, pediu a condenação** (vide folha 116), tanto que apelou da sentença absolutória.

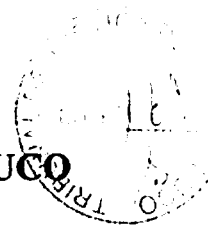
Feitos estes registros, passarei a analisar a prova contida nos autos.

Inicialmente verifico que o apelado não confessou a autoria delitiva por ocasião da sua ouvida na fase policial e manteve a coerência do seu depoimento, quando do seu interrogatório judicial, mas afirmou todas as vezes que foi ouvido: “que no passado chegou a vender maconha” (fls. 11/87).

A testemunha chave para o deslinde da presente questão é o Sr. Sérgio Liberato dos Santos, que seria usuário de drogas e teria comprado uma pedra de crack ao apelado.

Vejamos o teor do seu depoimento na fase policial (fls. 10 e 11):

“(…) Ele testemunha confirma ser viciado há cerca de um mês e por volta das 17 horas de hoje mandou seu colega de nome que não quer dizer, comprar uma pedra de “Crack” ao conduzido e para isso deu a importância de R\$ 12,00 (doze reais), onde R\$ 10,00 (dez reais) era para pagar a pedra e R\$ 2,00 (dois reais) era para seu colega; Que seu colega comprou e lhe entregou; que algum tempo depois tomou conhecimento que a polícia havia prendido o conduzido e quando foi até lá para ver foi revistado pelos policiais que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

encontraram consigo uma pedra; que foi solto há cerca de dois meses, tendo passado mais de dois meses preso por roubo a um veículo; que não pode informar mais nada sobre esse fato, pois pode morrer a qualquer momento e está com muito medo do conduzido pensar que foi ele quem o delatou (...) que conhece o PABLO há cerca de um mês e é do seu conhecimento que ele mexe com droga (...). Destaquei.

A citada testemunha, quando ouvida em Juízo, mudou o seu depoimento. Vejamos (f. 90):

“(...) NO DIA DO OCORRIDO FOI ABORDADO POR POLÍCIAS EM VIA PÚBLICA NA OCASIÃO ESTAVA COM UMA PEDRA DE CRACK; QUE PEDIU PARA UM COLEGA SEU COMPRAR A REFERIDA PEDRA POIS ERA USUÁRIO; PAGOU DEZ REAIS PELA PEDRA; SEGUNDO SEU COLEGA A PEDRA FOI ADQUIRIDA NO BAIRRO DE SANTO AMARO; QUE OS POLÍCIAIS O COLOCARAM NUMA VIATURA E O LEVARAM PARA A CASA DE PABLO; QUE A SUA CASA É DISTANTE DA CASA DE PABLO; QUE AFIRMOU QUE TINHA PEGO A DROGA COM PABLO PARA SE LIVRAR DE ESPANCAMENTO; QUANDO CHEGOU NA CASA DE PABLO A CASA JÁ ESTAVA BEM REVIRADA; QUE O PABLO ESTAVA ROXO DE PANCADA; NÃO SABE NADA A RESPEITO DAS DROGAS QUE SUPOSTAMENTE FORAM APREENDIDAS COM O PABLO; NÃO SABE DIZER SE O PABLO NEGOCIA COM DROGAS; NÃO CHEGOU A VER OS POLÍCIAS LEVANDO QUALQUER COISA DA CASA DE PABLO; QUE CHEGOU A SER AMEAÇADO PELOS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

POLICIAIS; QUE OS POLICIAIS DISSERAM QUE SE NÃO FALASSEM QUE HAVIA COMPRADO A DROGA COM PABLO MATARIAM ELE (DEPOENTE) E A SUA MULHER (...)".

Eminentes Pares,

Peço que Vossas Excelências observem que a testemunha confirmou em Juízo que tinha comprado uma pedra de crack e sustentou que levou os policiais até Pablo, indicando-o como sendo o traficante que lhe fornecera o entorpecente, só que afirmou que somente fez tal declaração para se livrar do espancamento promovido pelos policiais militares.

É de bom tom afirmar que ele não comprovou tal espancamento. No entanto, ele confirmou, tanto na fase policial, quanto em juízo, que teria adquirido uma pedra de crack e informou que quem lhe vendeu foi PABLO, ora apelado.

É importante afirmar que não faz sentido a afirmação de que teria sido ameaçado pelos policiais.

Em verdade, ganha força a versão contida no depoimento que a testemunha chave prestou na fase inquisitória. É provável que a testemunha Sérgio Liberato tenha sido ameaçada pelo apelado, pois só a ele interessava seu depoimento.

Tal assertiva tem amparo nas declarações que a citada testemunha fez perante a autoridade policial, quando afirmou (fls. 10/11):

“(...) que não pode informar mais nada sobre esse fato, pois pode morrer a qualquer momento e está com muito medo do conduzido pensar que foi ele quem o delatou (...)”.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Ademais, os policiais que efetuaram a prisão em flagrante do apelado foram unânimes em confirmar a narrativa da denúncia (vide folhas 88/89).

Por outro lado, as testemunhas da defesa não desconstituíram a tese da acusação (vide folhas 91/92).

Com efeito, posso afirmar com segurança que não há nos autos uma única prova que ampare a absolvição do apelado ou que indique ter havido um flagrante forjado. Entendo que todas as provas confirmam a versão Ministerial.

Diante da linha intelectual de tais argumentos, posso afirmar com segurança que há nos autos suporte probatório para lastrear a reforma da decisão guerreada e, em consequência, CONDENAR o apelado pela prática do crime de tráfico de entorpecentes (art. 33 caput, da Lei n.º 11.343/06).

Passo agora a dosar a pena do apelado PABLO DE BARROS CORREIA.

Atento ao Sistema Trifásico, materializado no artigo 68 do Código Penal, fixarei a pena-base à luz das circunstâncias descritas no artigo 59, do Código Penal.

Analisando as circunstâncias Judiciais verifico que a **culpabilidade**, o **motivo**, às **circunstâncias** e às **consequências** da infração tiveram um grau de reprovabilidade dentro dos padrões previstos nas elementares do tipo. O apelado não possui **antecedente criminal**, **mas restou provado que ele não tem boa conduta social**. Também há nos autos elementos que indicam que ele tem a **personalidade voltada para a prática delitiva**. A vítima é a sociedade.

Das circunstâncias do art. 59 do CPB acima valoradas, verifica-se que das oito analisadas, duas delas pesaram em desfavor do apelado. Portanto, as circunstâncias judiciais



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

reclamam a aplicação da pena acima do mínimo permitido, isso em homenagem ao princípio da proporcionalidade.

Ainda com relação a aplicação da pena, devo lembrar que o Art. 42 da Lei n.º 11.343/06 assim determina: “O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente”.

A natureza das substâncias apreendidas, em especial o crack, pode ser considerada como de alto poder destrutivo. É cediço que o crack é uma droga sintética produzida com a borra da cocaína, que produz os mesmos efeitos desta, porém muito mais intensos, causando irritabilidade, depressão e paranóia, levando o usuário a ficar violento.

É relevante asseverar que o crack é considerado o entorpecente que causa mais devastação no organismo do usuário, além de ser indicado por especialistas como uma das causas do alto número de homicídios e latrocínios cometidos por seus usuários, tanto é verdade que a testemunha Sérgio Liberato confessou que era usuário de tal droga e que teria cometido um roubo.

Ante tais argumentos, levando em consideração a margem de discricionariedade que vai de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos, **doso a pena-base em 08 (oito) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa.**

A atenuante da menoridade deve ser reconhecida (art. 65, inciso I, do CP), uma vez que o acusado era menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato, pelo que reduziu a pena em 01 (um) ano e a multa em 50 (cinquenta) dias-multa.

Não existindo agravante, passo a última fase do Sistema criado por Nelson Hungria.

Nesta terceira fase não visualiso causas de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

diminuição, nem de aumento de pena, ressaltando que não é aplicável ao caso o benefício do § 4º, do art. 33 da Lei n.º 11.343/06, por haver provas de que o apelado se dedicava a atividades criminosas. Ele mesmo afirmou que era traficante, somente negou a autoria do delito em apuração.

Com isso, a pena torna-se concreta e definitiva em 07 (sete) anos de reclusão e 650 (seiscentos e cinquenta) dias-multa.

Atento às condições econômicas do apelado aplico o valor do dia-multa na sua porção mínima, que é de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato.

Dosada a pena fixarei o **regime prisional** levando-se em conta os fatores preponderantes que são: a quantidade de pena (artigo 33, parágrafo 2º, do Código Penal), as condições pessoais do Condenado (artigo 33, parágrafo 3º, do Código Penal) e o fato de ser um crime assemelhado ao hediondo. Em decorrência da análise de tais fatores, aplico o **regime inicial fechado**, que será cumprido no estabelecimento prisional indicado pelo Juízo das Execuções Penais.

Não há possibilidade de substituição da pena, nem de aplicação do sursis.

Após o trânsito em julgado desta decisão, o nome do Réu deve ser incluído no Livro de Rol dos Culpados da referida Comarca, nos termos do artigo 393, do Código de Processo Penal e oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco para que adote as providências necessárias no que pertine à suspensão dos direitos políticos do apenado, nos termos do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal.

Condeno o apelado nas custas processuais.

Por fim, devo ressaltar que há nos autos um laudo pericial indicando que o apelado sofreu agressão física, sendo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

indicativo de ter havido excesso no uso da força por parte dos policiais militares, no momento da prisão (f. 82).

Ocorre que a agressão supostamente sofrida pelo recorrido não interferiu no desfecho do presente processo. São fatos totalmente distintos. De um lado, há nos autos prova de que o apelado praticou tráfico de entorpecentes, de outro, há um laudo indicando que ele teria sofrido agressão física. Somente haveria ligação entre estes eventos se o apelado tivesse sido obrigado a confessar o delito, fato que não ocorreu.

Desta forma, entendo que a agressão sofrida deverá ser objeto de apuração em outro processo/procedimento e, por essa razão, determino que sejam cumpridos os requerimentos feitos pela Douta Procuradora de Justiça, no último parágrafo da folha 146.

Diante do exposto e pedindo vênias a Procuradoria de Justiça, **DOU PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL**, para reformar a sentença absolutória, condenando o apelado pela prática do crime tipificado no art. 33 caput, da Lei n.º 11.343/06 (tráfico de entorpecentes).

Oficie-se conforme solicitado à folha 146.

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



APELAÇÃO CRIME: Nº 195.895-8 – Recife (2ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)
APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO: *Pablo de Barros Correia*
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco contra a decisão do Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes que, conforme sentença de fls. 119/121, absolveu *Pablo de Barros Correia* da imputação da prática do crime previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/2006.

O Ministério Público, em suas razões recursais (fls. 124/125), requer a reforma da sentença para condenar o acusado sob a alegação de que há provas suficientes da autoria do delito de tráfico ilícito de entorpecentes.

Em suas contra-razões recursais (fl. 131/133), a Defensoria Pública, pugna pela manutenção da sentença, sustentando insuficiência de prova para condenação do acusado.

A Procuradoria de Justiça ofereceu parecer (fls. 143/146) opinando pelo improvimento do recurso.

Inicialmente, cabe esclarecer o equívoco do Juiz sentenciante ao mencionar na decisão que a Promotoria pediu absolvição do acusado por



insuficiência de provas. Observa-se que o pleito absolutório foi postulado apenas pela Defensoria Pública, tendo em vista que a Promotoria de Justiça pediu a condenação do acusado em suas alegações finais (fls. 116).

Da análise dos autos, verifica-se que o acusado não confessou a prática delitiva no seu depoimento prestado na fase policial. No entanto, perante a autoridade judicial, manteve suas declarações, afirmando que chegou a vender maconha no passado (fls. 11 e 87).

A materialidade do delito restou comprovada pelo Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 16, pelos Laudos de Constatação Preliminar de fls. 24 e 25 e pelos Laudos Periciais de fls. 103/107 e 110/, os quais confirmaram que os materiais examinados tratavam-se de parte do vegetal *cannabis sativa*, L., vulgarmente denominado por maconha, e de pedras de crack.

Quanto à autoria do crime de tráfico de drogas, restou demonstrada pelos depoimentos dos policiais que efetuaram o flagrante, das testemunhas e demais provas dos autos.

A testemunha Sérgio Liberato dos Santos disse na fase policial:

"(...) confirma ser viciado há cerca de um mês, e por volta das 17 horas de hoje, mandou seu colega de nome que não quer dizer, comprar uma pedra de "Crack" ao conduzido, e para isso deu a importância de R\$ 12,00 (Doze reais), onde R\$ 10,00 (Dez reais) era para pagar a pedra, e R\$ 2,00 (Dois reais) era para o seu colega; Que, seu colega foi, comprou e lhe entregou; Que, algum tempo depois tomou conhecimento que a polícia havia prendido o conduzido, e quando foi até lá para ver, foi revistado pelos policiais que encontraram consigo uma pedra (...) Que, não pode informar mais nada sobre esse fato, pois pode morrer a qualquer momento, e está com muito medo do conduzido pensar que foi ele quem o delatou (...) Que conhece PABLO há cerca de um mês, e é do seu conhecimento que ele mexe com droga (...) " Fls. 10/11

Em juízo, a referida testemunha apresentou outra versão do fato:

"(...) No dia do ocorrido foi abordado por policiais em via pública na ocasião estava com uma pedra de crack; que pediu para um colega seu comprar a referida pedra pois era usuário; pagou dez reais pela pedra; segundo seu colega a pedra



foi adquirida no bairro de Santo Amaro; que os policiais o colocaram numa viatura e o levaram para a casa de Pablo; que a sua casa é distante da casa de Pablo; que afirmou que tinha pego a droga com Pablo para se livrar de espancamento (...) não sabe dizer se o Pablo negocia com drogas; não chegou a ver os policiais levando qualquer coisa da casa de Pablo; que chegou a ser ameaçado pelos policiais, que os policiais disseram que se não falassem que havia comprado a droga com Pablo matariam ele (depoente) e a sua mulher (...)" Fls. 90

Como se vê, a citada testemunha confirmou em suas declarações que adquiriu uma pedra de crack e, além disso, afirmou que a droga foi vendida pelo acusado Pablo.

No que se refere ao espancamento promovido pelos policiais alegado pela testemunha, ressalte-se que não há nos autos prova alguma de tal espancamento.

Além disso, os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante do apelado confirmam os fatos narrados na peça acusatória e são plenamente válidos, tendo em vista que não há no caderno processual fato que desabone a conduta dos agentes, e suas declarações têm, em princípio, presunção de veracidade e boa-fé, cabendo à parte contrária demonstrar a existência de motivos para duvidar de tais assertivas.

Ademais, não é de se olvidar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o depoimento de policiais é plenamente válido como meio de prova, hábil a embasar a condenação. A esse respeito, vejamos o seguinte julgado:

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DESCLASSIFICAÇÃO PARA PORTE DE DROGA. NULIDADE DA SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO NO DEPOIMENTO DE POLICIAIS. POSSIBILIDADE. DECISÃO MOTIVADA TAMBÉM EM OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. RECURSO DESPROVIDO.
I. O depoimento de policiais pode ser meio de prova idôneo para embasar a condenação, principalmente quando tomados em juízo, sob o crivo do contraditório. Precedentes do STF e desta Corte.
II. Hipótese na qual a condenação foi baseada, também, em outros elementos de prova, tais como a quantidade de droga apreendida, a forma como estava acondicionada e a



existência de embalagens usualmente destinadas à preparação do entorpecente para a venda.
III. Recurso desprovido.
(REsp 751.760/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 18.10.2005, DJ 14.11.2005 p. 400)

Logo, demonstradas a materialidade e a autoria do delito em análise, resta apenas destacar que o crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 é de ação múltipla ou conteúdo variado, pois apresenta várias formas de violação da mesma proibição, bastando, para a consumação do crime, realização de uma das ações descritas no tipo penal.

Dispõe a nova Lei de Tóxicos:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Então, para a configuração do crime de tráfico de entorpecentes, imputado ao acusado, basta a ocorrência de uma das ações ali delineadas. Assim, entendo que não há dúvida que o apelado praticou o delito narrado na denúncia, visto que estava na posse da droga para comercializá-la, incidindo em uma das condutas descritas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, não devendo prosperar as alegações da defesa que não há prova suficiente para condenação.

Diante de tais considerações, impõe-se a reforma da sentença para fins de condenar o apelado *Pablo de Barros Correia* pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes).

Passo a estabelecer a dosimetria, com fundamento no disposto nos



arts. 59 e 68 do CP.

Em atenção ao art. 59 do Código Penal, tem-se que a culpabilidade devidamente comprovada e merecedora de reprovação, visto que o réu agiu com dolo intenso. Não existe registro de antecedentes criminais. O acusado não tem boa conduta social e sua personalidade é voltada para prática criminosa, conforme suas próprias declarações. O motivo, as circunstâncias e conseqüências do crime tiveram um grau de reprovabilidade dentro dos padrões previstos nas elementares do tipo. O comportamento da vítima (sociedade) em nada contribuiu para a prática do delito.

Sendo assim, no que se refere à dosimetria da pena, verifica-se que as circunstâncias judiciais analisadas foram, em sua maioria, desfavoráveis ao acusado, justificando-se a imposição da pena-base acima do mínimo legal.

Por tais razões e considerando as circunstâncias judiciais acima apresentadas, fixo a pena-base em 08 (oito) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa.

Na segunda fase do sistema trifásico, considerando a existência da atenuante referente à menoridade, prevista no art. 65, inciso I do CP, uma vez que o acusado era menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato, diminuo a pena privativa de liberdade em 01 (um) ano e a pena de multa em 50 (cinquenta) dias-multa.

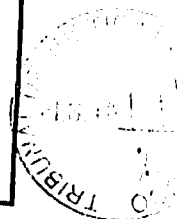
E, finalmente, na terceira fase, considerando a inexistência de causas de aumento ou diminuição de pena, torno a pena concreta e definitiva em 07 (sete) anos de reclusão e 650 (seiscentos e cinquenta) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.

Cabe ressaltar que o apelado não faz jus ao benefício da causa de redução de pena prevista no §4º, art. 33 da Lei 11.343/2006 por haver provas nos autos de sua dedicação a atividades criminosas, visto que em suas declarações afirmou que traficava drogas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

187



Também em virtude das circunstâncias judiciais, com base no art. 33, §2º e §3º do Código Penal, estabeleço o regime inicialmente fechado para cumprimento da pena.

Ainda, com base nas referidas circunstâncias, não aplico a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, ante o não preenchimento dos requisitos estabelecidos pelo art. 44 do CP.

Ante o exposto, **voto pelo provimento do apelo**, para condenar o acusado *Pablo de Barros Correia* à pena definitiva de 07 (sete) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 650 (seiscentos e cinquenta) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente, pela prática do crime tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/2006.

Recife, 26 de 05 de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor